

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	54
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	56
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	57
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.094.242
Preferenciais	4.094.242
Total	8.188.484
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	3.052.627	3.109.469
1.01	Ativo Circulante	336.688	411.029
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	297.179	375.706
1.01.03	Contas a Receber	28.115	27.193
1.01.03.01	Clientes	28.115	27.193
1.01.04	Estoques	4.433	2.004
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.773	1.152
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.773	1.152
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.848	4.859
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	340	115
1.01.08.03	Outros	340	115
1.02	Ativo Não Circulante	2.715.939	2.698.440
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	400.209	388.800
1.02.01.04	Contas a Receber	19.497	19.637
1.02.01.04.02	Depósitos judiciais	19.497	19.637
1.02.01.07	Tributos Diferidos	380.704	369.154
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	380.704	369.154
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	8	9
1.02.01.10.03	Outros	8	9
1.02.03	Imobilizado	6.516	6.170
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.516	6.170
1.02.04	Intangível	2.309.214	2.303.470
1.02.04.01	Intangíveis	2.309.214	2.303.470
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.309.214	2.303.470

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	3.052.627	3.109.469
2.01	Passivo Circulante	295.284	309.309
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.635	6.289
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	7.635	6.289
2.01.02	Fornecedores	29.937	28.287
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.224	4.292
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	239.546	256.251
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	95.002	129.041
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	95.002	129.041
2.01.04.02	Debêntures	144.544	127.210
2.01.05	Outras Obrigações	14.942	14.190
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	842	262
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	842	262
2.01.05.02	Outros	14.100	13.928
2.01.05.02.04	Obrigações Para Direito da Concessão	1.084	1.157
2.01.05.02.05	Outros	82	74
2.01.05.02.06	Receita Diferida	12.934	12.697
2.02	Passivo Não Circulante	1.290.826	1.313.625
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	989.977	1.027.869
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	161.513	170.607
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	161.513	170.607
2.02.01.02	Debêntures	828.464	857.262
2.02.04	Provisões	264.280	248.831
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	90.119	82.854
2.02.04.02	Outras Provisões	174.161	165.977
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção	174.161	165.977
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	36.569	36.925
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	36.569	36.925
2.02.06.02.01	Receita Diferida	36.569	36.925
2.03	Patrimônio Líquido	1.466.517	1.486.535
2.03.01	Capital Social Realizado	1.727.500	1.560.500
2.03.02	Reservas de Capital	493.200	660.200
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	493.200	660.200
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-754.183	-734.165

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	132.290	113.021
3.01.01	Receita operacional líquida	95.903	91.946
3.01.02	Receita de construção	36.387	21.075
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-101.220	-84.592
3.02.01	Custo dos serviços prestados	-64.833	-63.517
3.02.02	Custo de construção	-36.387	-21.075
3.03	Resultado Bruto	31.070	28.429
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-11.223	-9.842
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.239	-9.935
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	16	93
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	19.847	18.587
3.06	Resultado Financeiro	-51.415	-38.402
3.06.01	Receitas Financeiras	2.139	999
3.06.02	Despesas Financeiras	-53.554	-39.401
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-31.568	-19.815
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	11.549	1.319
3.08.02	Diferido	11.549	1.319
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-20.019	-18.496
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-20.019	-18.496
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,002	-0,003
3.99.01.02	PN	-0,002	-0,003

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-20.219	-18.496
4.03	Resultado Abrangente do Período	-20.219	-18.496

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	64.534	30.911
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	70.906	61.862
6.01.01.01	Prejuízo do período antes de imposto de renda e contribuição social	-31.568	-19.815
6.01.01.03	Depreciação e amortização	31.055	29.552
6.01.01.05	Provisão para manutenção	8.184	8.184
6.01.01.06	Provisão para riscos	7.265	4.210
6.01.01.08	Variações monetárias, cambiais e encargos	55.825	39.602
6.01.01.09	Prejuízo na baixa de imobilizado e intangível	145	129
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-6.372	-30.951
6.01.02.01	Créditos a receber	-922	1.061
6.01.02.02	Estoques	-2.429	-629
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-620	-63
6.01.02.04	Adiantamentos	10	400
6.01.02.05	Depósitos judiciais	140	-1.655
6.01.02.07	Fornecedores	-1.650	-25.690
6.01.02.08	Impostos e contribuições a recolher	1.068	-849
6.01.02.09	Salários e encargos sociais a recolher	-1.346	631
6.01.02.11	Partes relacionadas	-805	-4.363
6.01.02.12	Outros	-10	-3.172
6.01.02.13	Receita diferida	119	254
6.01.02.15	Constituição de outorga variável	73	3.124
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-43.422	-38.612
6.02.01	Aplicação Financeira	-6.178	-24.134
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-801	-586
6.02.03	Aquisição intangível	-36.443	-13.892
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-99.640	-6.139
6.03.03	Juros pagos	-20.225	-63.216
6.03.04	Pagamento de empréstimos	-79.415	-28.923
6.03.05	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	86.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-78.528	-13.840
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	375.706	21.787
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	297.178	7.947

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.560.500	660.200	0	-734.165	0	1.486.535
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.560.500	660.200	0	-734.165	0	1.486.535
5.04	Transações de Capital com os Sócios	167.000	-167.000	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	167.000	-167.000	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-20.019	0	-20.019
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-20.019	0	-20.019
5.07	Saldos Finais	1.727.500	493.200	0	-754.184	0	1.466.516

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.560.500	167.000	0	-937.258	0	790.242
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.560.500	167.000	0	-937.258	0	790.242
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	86.000	0	0	0	86.000
5.04.01	Aumentos de Capital	0	86.000	0	0	0	86.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-18.496	0	-18.496
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-18.496	0	-18.496
5.07	Saldos Finais	1.560.500	253.000	0	-955.754	0	857.746

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
7.01	Receitas	141.257	121.702
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	104.854	100.607
7.01.02	Outras Receitas	16	20
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	36.387	21.075
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-64.134	-52.670
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-27.747	-31.595
7.02.04	Outros	-36.387	-21.075
7.02.04.01	Custos de construção	-36.387	-21.075
7.03	Valor Adicionado Bruto	77.123	69.032
7.04	Retenções	-31.055	-29.552
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-31.055	-29.552
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	46.068	39.480
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.139	999
7.06.02	Receitas Financeiras	2.139	999
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	48.207	40.479
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	48.207	40.479
7.08.01	Pessoal	10.869	6.820
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.260	4.948
7.08.01.02	Benefícios	2.021	1.472
7.08.01.03	F.G.T.S.	556	376
7.08.01.04	Outros	32	24
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.427	11.602
7.08.02.01	Federais	-5.843	3.801
7.08.02.02	Estaduais	3.146	3.026
7.08.02.03	Municipais	5.124	4.775
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	54.930	40.553
7.08.03.01	Juros	51.222	39.602
7.08.03.02	Aluguéis	1.376	1.100
7.08.03.03	Outras	2.332	-149
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-20.019	-18.496
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-20.019	-18.496

Comentário do Desempenho



RELEASE DE RESULTADOS

Divulgação imediata

1T21

Comentário do Desempenho



DESTAQUES

AUMENTO DE 2,5% NOS VEPS* DO 1T201 COMPARADO AO 1T20

*VEPs => Veículos equivalentes pagantes

Nos três primeiros meses do ano, a CART registrou 12,3 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), um aumento de 2,5% na comparação com o mesmo período de 2020. A performance de veículos pesados representa cerca de 71,2% do tráfego e apresentou aumento de 9,7%. Em veículos leves o resultado foi negativo, com queda de 11,8% no 1T21 comparado ao 1T20. Todo o tráfego de veículos pesados e leves nas rodovias administradas pela CART continua sendo impactado pelos efeitos na COVID-19.

AUMENTO DE 4,3% NA RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA* NO 1T21 COMPARADA AO 1T20

* Receita líquida ajustada => Exclui a receita de construção

O aumento da receita líquida ajustada foi ligeiramente impactado, principalmente, pela recuperação do tráfego na rodovia (conforme explicação no quadro anterior) Adicionalmente, as Receitas com Pedágio representam o reajuste tarifário de 1,8% em referência ao 1T20.

AUMENTO DE 4,8% NO EBITDA AJUSTADO DO 1T21 COMPARADO AO 1T20

O aumento no EBITDA do 1T21 está relacionada a ligeira recuperação de 4,3% na receita líquida ajustada (conforme explicação nos quadros anteriores), bem como redução de 0,5 % nos custos e despesas operacionais administráveis.

AUMENTO DE 33,9% NO RESULTADO FINANCEIRO DO 1T21 COMPARADO AO 1T20

O aumento no resultado financeiro está relacionado a variação índice monetário no período.

O RESULTADO DO 1T21 FICOU NEGATIVO EM R\$ 20,0 MILHÕES

Em comparação com o 1T20, o prejuízo do 1T21 aumentou conforme evidenciado nos quadros anteriores.

Comentário do Desempenho



Desempenho Operacional (Mil)	1T21	1T20	p
VEPs¹	12.288	11.994	2,5%
Veículos Leves	3.539	4.015	-11,8%
Veículos Pesados	8.749	7.979	9,7%
Tráfego²	5.671	6.024	-5,9%
Veículos Leves	3.586	4.050	-11,5%
Veículos Pesados	1.980	1.861	6,4%
Veículos Isentos	105	113	-7,1%
Tarifa Média (R\$)	8,20	8,03	2,1%

¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

² refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia

Bauru, 10 de maio de 2021 a Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, divulga os resultados do 1T21. Foram realizadas comparações com o mesmo período de 2020, conforme indicado. As informações são apresentadas com base em números extraídos das informações contábeis intermediárias revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos.

Informações relevantes sobre os efeitos adversos relacionados ao Coronavírus

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia pelo novo Corona vírus, causador da COVID-19. Esta declaração desencadeou uma série de decisões governamentais, atingindo entidades públicas e privadas, para conter o avanço do vírus. Dentre as decisões, destacam-se aquelas relacionadas às restrições de mobilidade, com orientação para o isolamento social, dentre outras que impactaram diretamente os negócios da Companhia.

Em consequência das medidas de prevenção, a Companhia quantificou ligeira recuperação nos veículos equivalentes pagantes - VEP, na ordem de 2,5%. A performance de veículos pesados representa cerca de 71,2% do tráfego e apresentou aumento de 9,7%. Em veículos leves o resultado foi negativo, com queda de 11,8% no 1T21 comparado ao 1T20. Todavia, apesar desta queda acentuada na demanda, e das limitações estabelecidas pelo contrato de concessão, a Companhia está fazendo o necessário para manter a correta operação e manutenção do negócio, bem como garantir os empregos.

O propósito da Companhia, em meio a uma das maiores crises já vivenciadas na história mundial, é manter o atendimento à sociedade, cuidando do principal ativo, que são as pessoas.

A despeito dos inúmeros estudos que vêm sendo cuidadosamente realizados, ainda há grande incerteza sobre os efeitos da pandemia na economia local e global, principalmente, em relação ao tempo necessário para conter o avanço do vírus. Assim sendo, ainda não é possível precisar quando os níveis de normalidade nas operações serão efetivos.

Com o suporte da Infraestrutura Brasil Holding S.A. – IBH II -, a Companhia está se preparando para uma situação de prolongamento da crise, quanto para a eventual retomada. Enquanto isso, canais de comunicação com colaboradores, *stakeholders* e com o mercado em geral, serão mantidos, mesmo que à distância.

As medidas necessárias e possíveis para mitigar os efeitos negativos causados por essa crise, serão o objetivo principal da Companhia, que esperamos que as condições econômicas locais e globais se reestabeleçam brevemente.

Comentário do Desempenho



Em linha com a Recomendação nº 2 do CODIM (Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado), abaixo, a Companhia está lidando com a situação causada pelo Corona vírus, e divulgando como os seus negócios estão afetados.

Por fim, a Companhia informa que seus canais de comunicação indicados ao final deste release estão disponíveis para maiores informações, para sanar dúvidas e prestar esclarecimentos necessários.

Recomendações CODIM nº 2

INFORMAÇÕES RELEVANTES A SEREM COMUNICADAS A PÚBLICO

Como a Companhia está trabalhando durante este processo:

A Companhia instaurou um Comitê que acompanha diariamente os impactos do Corona vírus para os negócios. Este Comitê define as ações necessárias para mitigar os efeitos adversos para o fluxo de caixa e para a saúde financeira do Grupo, e através do Diretor de Relações com Investidores, tem buscado manter uma comunicação clara, ampla e simultânea com o público investidor e com o mercado em geral sobre os impactos da COVID-19, utilizando, para isso, os meios legais de comunicação previstos na Instrução CVM 358/02, quais sejam Comunicados ao Mercado e Fatos Relevantes, publicados na página de relações com investidores da Companhia e também disponíveis nos websites da CVM e da B3. A cada novo evento ou ocorrência relevante para os negócios da Companhia, bem como os relacionados aos efeitos do Corona vírus, a área de RI avalia a necessidade de divulgação das atualizações sobre o assunto ao mercado e propõe ao Diretor de Relações com Investidores a referida publicação.

Reflexos esperados nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia:

Para as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 2020, que devem ser lidas em conjunto com esta Informação Contábil Intermediária, a Companhia considerou os efeitos relacionados à propagação do Corona vírus como um evento subsequente, uma vez que o anúncio da OMS de que a COVID-19 é uma emergência de saúde global, realizado em 11 de março de 2020, desencadeou uma série de decisões emanadas pelos entes da Federação – União, Estados e Municípios -, abrangendo entidades públicas e privadas, conseqüentemente, toda a sociedade, para conter o avanço do vírus.

Para estas Informações Contábeis Intermediárias do trimestre encerrado em 31 de março de 2021, estão contemplados os resultados dos efeitos ocorridos em função da pandemia do novo Corona vírus. Entretanto, não houve efeitos relevantes nessas Informações Contábeis Intermediárias, exceto quanto à:

Receitas de Serviços:

O reconhecimento das receitas auferidas, no caso das receitas tarifárias, se dá pela tarifação do fluxo ou movimentação de veículos quando da efetiva utilização dos serviços:

- O principal motivo para 2021 estar positivo em relação a 2020 é o início da pandemia COVID-19 ter dado início na 2ª quinzena de mar/20, onde além dos veículos leves serem afetados pelo fechamento do comércio, indústrias, escolas, faculdades e afins, os pesados também foram impactos, pela insegurança do momento, tanto na questão de saúde quanto na questão comercial.
- Fluxos de Caixa: Impactos decorrentes, principalmente, do aporte de capital realizado no 4T20.

Manutenção dos Negócios:

Comitê de Gestão de Crises – áreas participantes e forma de atuação:

Comentário do Desempenho



A Companhia instalou um Comitê de Gestão de Crises para tratar exclusivamente dos assuntos relacionados ao Corona vírus com o objetivo de, dentre outros:

- Acompanhar os impactos causados pela pandemia nos setores de atuação;
- Traçar e definir as ações para mitigar esses impactos;
- Avaliar e implementar medidas educativas e de segurança para a prevenção da contaminação pelo Corona vírus para os colaboradores, familiares bem como para os usuários dos ativos sob gestão da Companhia.

O comitê também se reúne semanalmente com o Conselho de Administração.

Plano de continuidade das operações e principais ações:

Desde que instalada a pandemia do novo Corona vírus, a Companhia tem revisado o seu plano de negócios, especialmente no que diz respeito à continuidade das operações. Dentre as frentes que estão sendo revisadas no âmbito do Plano de Continuidade dos Negócios da Companhia, destacamos:

1º) Preservação da saúde e segurança das pessoas

- Adoção do *Home Office* para os colaboradores onde esta modalidade for possível;
- Afastamento dos colaboradores pertencentes aos grupos de risco;
- Adoção das medidas de proteção recomendadas pelos órgãos de saúde para os funcionários alocados nas operações;
- Promover comunicação regular e transparente com todos os colaboradores; e
- Veiculação de campanhas educativas para a prevenção da COVID-19, por meio de vídeos, avisos sonoros e mensagens nos canais digitais da companhia.

2º) Comunicação com *Stakeholders*

- Manter o público investidor e o mercado em geral informados sobre os impactos do Corona vírus nos negócios da Companhia;
- Estreitar relações com a cadeia de fornecedores, acompanhando de perto a manutenção da capacidade de entrega de bens e serviços essenciais para a continuidade dos negócios;
- Revisão junto aos credores dos termos e condições pactuadas em contratos financeiros;
- Conversas estruturadas junto aos poderes concedentes para reequilíbrio econômico-financeiro nos contratos de concessão; e

3º) Revisar a estratégia de manutenção e continuidade dos negócios

- Avaliação do caixa e de necessidade de liquidez no curto e médio prazo;
- Monitoramento e resposta rápida aos riscos operacionais e financeiros;
- Acompanhamento e desenvolvimento de alternativas para a cadeia de suprimentos;
- Análise do impacto da crise no orçamento e no planejamento e continuidade dos negócios; e
- Monitoramento das iniciativas de suporte para as empresas e sociedade promovidas pelos governos, órgãos públicos e bancos de desenvolvimento.

4º) Resiliência e preparação para a recuperação

- Executar a estratégia de negócios revisada e seguir monitorando a situação;
- Tomar decisões e promover ações considerando um cenário de recuperação à frente; e
- Reavaliar e recalibrar as oportunidades de negócios.

Comentário do Desempenho



Providências que estão sendo tomadas para preservar a saúde financeira da Companhia:

As ações voltadas para a saúde financeira e liquidez da Companhia face aos efeitos adversos nos negócios consequentes da pandemia do Corona vírus, estão divididas em 2 momentos, quais sejam:

1º) Ações no curto prazo trazendo alívio imediato para o caixa, dentre as quais:

- Revisão do orçamento previsto para o ano corrente objetivando a manutenção dos custos e investimentos essenciais para a continuidade dos negócios;
- Renegociação com fornecedores;

2º) Avaliação de eventuais soluções para a médio e longo prazos, com potenciais ações que precisam ser estruturadas e aprovadas junto aos stakeholders, visando o equilíbrio da situação financeira e da obtenção de reequilíbrios econômico-financeiros do contrato de concessão.

Avaliação de ativos não financeiros

Sob o âmbito regulatório, a Advocacia Geral da União (AGU) emitiu o Parecer nº 261/2020 à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, no qual conclui que a pandemia declarada pela OMS em maio de 2020 se enquadra no conceito de força maior.

Sendo assim, a avaliação da Companhia é que os contratos devam ser reequilibrados pelos efeitos advindos da pandemia e que tais reequilíbrios sejam suficientes para a recuperação dos ativos não monetários, bem como a realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Avaliação de ativos financeiros

Não foram identificados eventos e condições que justificassem um aumento da perda esperada nos ativos financeiros para o fechamento das informações intermediárias de 31 de março de 2021.

Desta forma, não foram identificadas condições que justificassem a constituição de provisão para perdas ao valor recuperável nos ativos, principalmente, relacionado a realização de contas a receber, recuperação do ativo intangível e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Diante de possíveis cenários de extensão do isolamento social, e consequente alongamento de restrições de liquidez do mercado, a Companhia acredita que, até o momento, possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos.

Adicionalmente, tendo em vista um potencial queda significativa de sua geração de resultado a Companhia, como já dito acima, vem realizando diferentes iniciativas, visando readequar sua estrutura de custos e de capital para o novo momento econômico que o Brasil e o mundo experimentam.

Comentário do Desempenho



DESEMPENHO OPERACIONAL

RESULTADO OPERACIONAL

Desempenho Operacional (Mil)	1T21	1T20	%
VEPs¹	12.288	11.994	2,5%
Veículos Leves	3.539	4.015	-11,8%
Veículos Pesados	8.749	7.979	9,7%
Tráfego²	5.671	6.024	-5,9%
Veículos Leves	3.586	4.050	-11,5%
Veículos Pesados	1.980	1.861	6,4%
Veículos Isentos	105	113	-7,1%
Tarifa Média (R\$)	8,20	8,03	2,1%

¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

² refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia

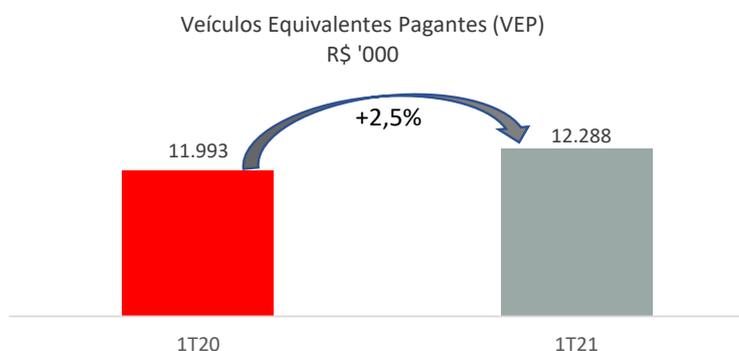
Variação no transporte de Veículos Dessazonalizado ^{1,2}	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no ano (Jan-Mar/21 sobre Jan-Mar/20): Brasil	-8,5%	7,2%	-4,4%

¹ Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers

² Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em: <http://www.abcr.org.br>

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria (Índice ABCR Brasil), para as rodovias sob o regime de concessão privada, mostram uma queda de 4,4% no fluxo total de veículos no primeiro trimestre do ano comparado com o mesmo período do ano anterior. Destaque para a queda de 8,5% em veículos leves, impactados pelos efeitos da COVID-19.

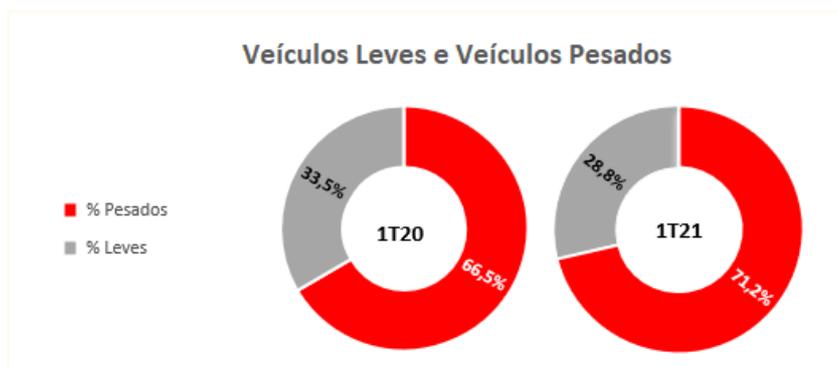
Nos últimos doze meses, o índice acumula queda de 17,6%, fruto do avanço de 0,3% dos veículos pesados e da redução de 13,1% dos veículos leves.



Em consequência das medidas de prevenção, a Companhia quantificou ligeira recuperação nos veículos equivalentes pagantes - VEP, na ordem de 2,5%. A performance de veículos pesados representa cerca de 71,2% do tráfego e apresentou aumento de 9,7%. Em veículos leves o

resultado foi negativo, com queda de 11,9% no 1T21 comparado ao 1T20. A proporção de VEPs pesados, fator de maior representatividade no perfil de tráfego da rodovia, apresentou um aumento na comparação do 1T21 com o 1T20.

Comentário do Desempenho



DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R\$ mil)	1T21	1T20	Δ
Receita Bruta	141.241	121.682	16,1%
Receitas com Pedágio	100.760	96.300	4,6%
Receitas Acessórias	4.094	4.307	-5,0%
Receita de Construção (IFRS)	36.387	21.075	n.m
Receita Bruta Ajustada¹	104.854	100.607	4,2%
Deduções da Receita Bruta	(8.951)	(8.661)	3,3%
Receita Líquida Ajustada¹	95.903	91.946	4,3%

¹ desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

A Receita Líquida Ajustada do 1T21 apresentou uma variação positiva de 4,3% frente ao 1T20. Nas Receitas com Pedágio, esta porcentagem representa o reajuste tarifário de 1,8 % em referência ao 1T20, além de uma pequena recuperação no tráfego entre leves e pesados de 2,5% frente ao 1T20.

CUSTOS E DESPESAS

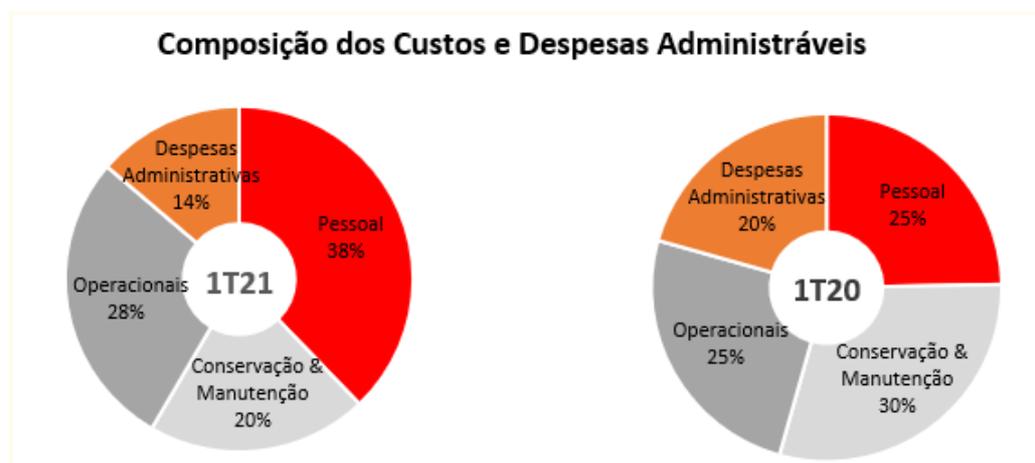
Custos e Despesas (R\$ mil)	1T21	1T20	Δ
Pessoal	(12.748)	(8.042)	58,5%
Conservação & Manutenção	(6.912)	(9.650)	-28,4%
Operacionais	(9.391)	(8.146)	15,3%
Despesas Administrativas	(4.621)	(6.714)	-31,2%
Custos & Despesas Administráveis	(33.672)	(32.552)	3,4%
Outorga Variável	(3.146)	(3.018)	4,2%
Depreciação & Amortização	(31.055)	(29.605)	4,9%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados¹	(67.873)	(65.175)	4,1%
Custo de Construção (IFRS)	(36.387)	(21.075)	72,7%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(8.184)	(8.184)	0,0%
Custos & Despesas Operacionais	(112.444)	(94.434)	19,1%

¹ desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção

Comentário do Desempenho



Os Custos & Despesas Administráveis aumentaram 3,4% no 1T21 comparado ao 1T20. O aumento em Pessoal se deu em função da reestruturação de atividades decorrentes da mudança no controle acionário e primarizações de atividades. Já a variação positiva em conservação e manutenção, motivou-se das manutenções realizadas na rodovia. A variação dos custos operacionais decorre de maiores gastos com materiais de sinalização e pintura devido a primarização das atividades. A variação positiva das despesas administrativas se deu por conta da otimização dos serviços compartilhados. Em custos de construção, a variação frente ao período anterior reflete as diferentes fases do cronograma de investimentos da concessão.



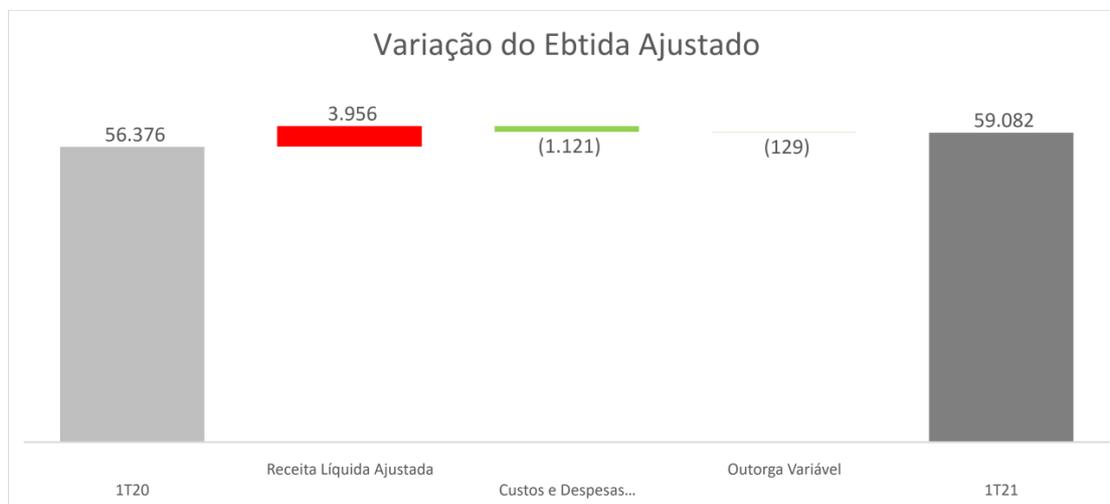
EBITDA E MARGEM EBITDA

EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ mil)	1T21	1T20	Δ
Lucro (Prejuízo) Líquido	(20.019)	(18.496)	8,2%
Resultado Financeiro Líquido	51.415	38.402	33,9%
IRPJ & CSLL	(11.550)	(1.319)	775,7%
Depreciação e Amortização	31.055	29.605	4,9%
EBITDA ICVM 527	50.901	48.192	5,6%
Margem EBITDA	38,5%	42,6%	-4,2 pp
Receita de Construção (IFRS)	(36.387)	(21.075)	72,7%
Custo de Construção (IFRS)	36.387	21.075	72,7%
Provisão de Manutenção (IFRS)	8.184	8.184	0,0%
EBITDA Ajustado¹	59.085	56.376	4,8%
Margem EBITDA Ajustada¹	61,6%	61,3%	0,3 pp

¹ desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo e Construção e a Provisão para Manutenção

O EBITDA Ajustado do 1T21 foi de R\$ 59 milhões, aumento de 4,8% comparado ao mesmo período de 2020. Este aumento é explicado basicamente pelo reajuste tarifário e pela reestruturação das atividades operacionais devido ao novo controle acionário da companhia.

Comentário do Desempenho



RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ mil)	1T21	1T20	Δ
Resultado Financeiro	(51.415)	(38.402)	33,9%
Receitas Financeiras	2.139	999	114,1%
Juros sobre aplicações financeiras	2.093	932	124,5%
Outros	46	67	-30,6%
Despesas Financeiras	(53.554)	(39.401)	35,9%
Comissões e despesas bancárias	(171)	(271)	-36,8%
Juros sobre empréstimo e financiamentos	(9.156)	(9.053)	1,1%
Variação monetária passiva	(27.502)	(13.445)	104,5%
Juros sobre debêntures	(14.565)	(16.577)	-12,1%
Outros	(2.160)	(55)	3805,9%

Inflação e Juros	1T21	1T20	Δ
IPCA Últimos 12 meses	6,10%	3,30%	2,8 pp
CDI do Período	0,48%	0,99%	-0,5 pp
CDI Acumulado Últimos 12 meses	2,21%	2,75%	0,8 pp
TJLP do Período	1,10%	1,27%	-0,2 pp
TJLP Média Últimos 12 meses	4,70%	5,72%	-1,0 pp

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas>

https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=5relatório_FOCUS_07/05/21

<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/orientacao-tributaria/pagamentos-e-parcelamentos/taxa-de-juros-de-longo-prazo-tjlp>

O Resultado Financeiro Líquido teve um incremento de 33,9% no 1T21 comparado ao 1T20, principalmente por conta do aumento com as despesas de variação monetária, bem como acréscimo nas receitas financeiras.

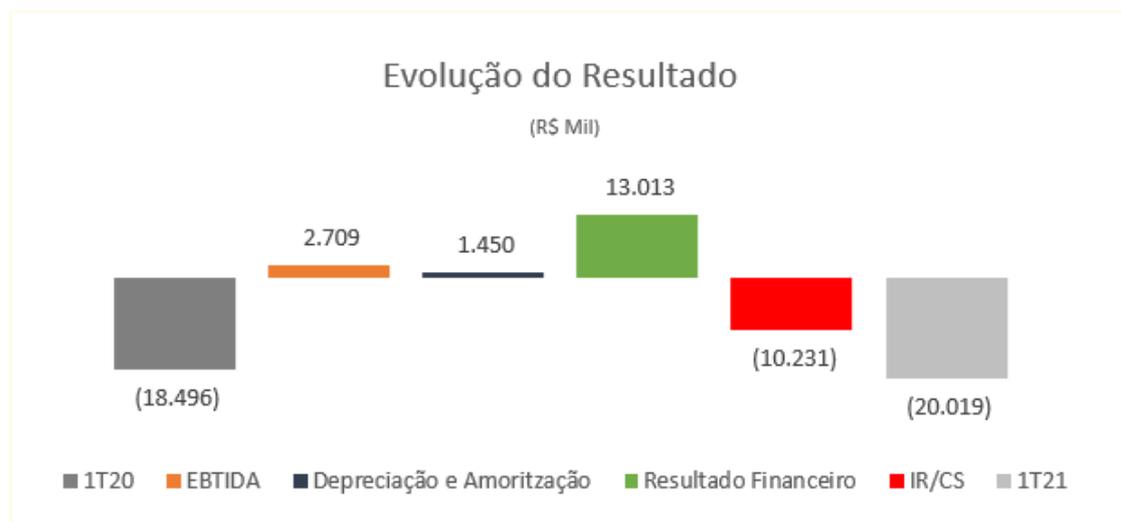
RESULTADO DO EXERCÍCIO

Resultado Líquido (R\$ mil)	1T21	1T20	Δ
Lucro/Prejuízo do Exercício	(20.019)	(18.496)	8,2%

Comentário do Desempenho



O resultado do 1T21 foi de Prejuízo Líquido de R\$ 20 milhões, pior quando comparado ao resultado do 1T20. Esta piora é explicada pelo aumento do resultado financeiro.

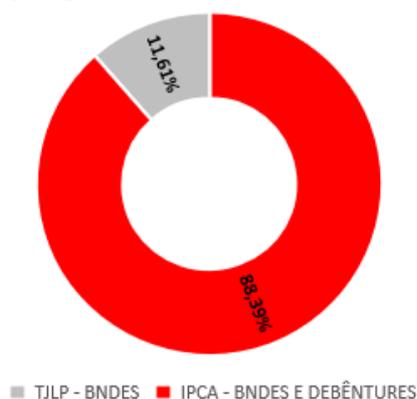


Disponibilidades e Endividamento

Disponibilidades e Endividamento (R\$)	1T21	1T20	Δ
Dívida Bruta	(1.318.809)	(1.397.212)	-5,61%
Curto Prazo	(239.546)	(191.126)	25,33%
Empréstimos e Financiamentos	(95.002)	(125.318)	-24,19%
Debêntures	(144.544)	(65.808)	119,64%
Longo Prazo	(1.079.263)	(1.206.086)	-10,52%
Empréstimos e Financiamentos	(199.834)	(255.567)	-21,81%
Debêntures	(879.429)	(950.519)	-7,48%
Disponibilidades	386.465	104.008	271,57%
Caixa e equivalentes de caixa	297.179	7.947	3639,51%
Aplicações Financeiras Vinculadas ¹	89.286	96.061	-7,05%
Dívida Líquida Ajustada	(932.344)	(1.293.204)	-27,90%

¹ Aplicações financeiras - consideram Certificados de Depósitos Bancários Pós-fixado compromissados

Composição da Dívida Bruta e Indexador



A Dívida Bruta diminuiu em 5,61%. A principal razão é a amortização de principal.

Comentário do Desempenho



PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ mil)	1T21	1T20	Δ
Investimento Total	37.098	24.141	53,67%
Imobilizado	656	3.065	-78,60%
Intangível	36.442	21.076	72,91%
Direito de Concessão (Investimento)	36.442	21.076	72,91%

No 1T21 foram investidos R\$ 37 milhões, destinados, principalmente, às revitalizações viárias, além dos equipamentos primarizados.

SOBRE A COMPANHIA

A CART



A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, empresa controlada pela Infraestrutura Brasil Holding II S.A. – IBH II, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração do corredor rodoviário denominado Raposo Tavares, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.

O Corredor Raposo Tavares é formado pela SP-225 João Baptista Cabral Rennó, SP-327 Orlando Quagliato e SP-270 Raposo Tavares, no total de 834 quilômetros entre Bauru e Presidente Epitácio, sendo 444 no eixo principal e 390 quilômetros de vicinais. As rodovias da CART atravessam o território de 34 municípios, com acesso ao início da SP-280 Castelo Branco, conexão com o Mato Grosso do Sul e ao Norte do Paraná. Por isso, são de importância vital para o transporte de cargas entre as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

Comentário do Desempenho



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração do Resultado (R\$ mil)	1T21	1T20	Δ
Receita Bruta	141.241	121.682	16,1%
Receitas com Pedágio	100.760	96.300	4,6%
Receitas Acessórias	4.094	4.307	-4,9%
Receita de Construção (IFRS)	36.387	21.075	n.m
Deduções da Receita Bruta	(8.951)	(8.661)	3,4%
Receita Líquida	132.290	113.021	17,0%
Custos & Despesas	(112.444)	(94.434)	19,1%
Pessoal	(12.748)	(8.042)	58,5%
Conservação & Manutenção	(6.912)	(9.650)	-28,4%
Operacionais	(9.391)	(8.146)	15,3%
Outorga Variável	(3.146)	(3.018)	4,2%
Despesas Administrativas	(4.621)	(6.714)	-31,2%
Custo de Construção (IFRS)	(36.387)	(21.075)	n.m
Provisão de Manutenção (IFRS)	(8.184)	(8.184)	0,0%
Depreciação & Amortização	(31.055)	(29.605)	4,9%
RESULTADO OPERACIONAL	19.847	18.587	6,8%
Resultado Financeiro	(51.415)	(38.402)	33,9%
Receitas Financeiras	2.139	999	114,1%
Juros sobre Aplicações Financeiras	2.093	932	124,5%
Outros	46	67	-30,6%
Despesas Financeiras	(53.554)	(39.402)	35,9%
Comissões e despesas bancárias	(171)	(271)	-36,8%
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(9.156)	(9.053)	1,1%
Variação monetária passiva	(27.502)	(13.445)	104,5%
Juros sobre debêntures	(14.565)	(16.577)	-12,1%
Outros	(2.160)	(55)	3805,9%
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(31.568)	(19.815)	59,3%
Imposto de Renda Diferido	8.493	970	776,0%
Contribuição Social Diferida	3.057	349	777,5%
IR & CSL	11.550	1.319	776,3%
LUCRO/PREJUÍZO DO PERÍODO	(20.019)	(18.496)	8,2%

Comentário do Desempenho



BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo (R\$ Mil)	1T21	4T20
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	297.179	375.706
Contas a receber	28.115	27.193
Estoques	4.433	2.004
Tributos a recuperar	1.773	1.152
Adiantamentos	4.848	4.858
Partes relacionadas	340	115
Total do Circulante	336.688	411.029
Ativo Não Circulante		
Impostos diferidos ativos	380.704	369.154
Depósitos judiciais	19.497	19.637
Outros	9	9
Imobilizado	6.516	6.170
Intangível	2.309.214	2.303.470
Total do Não Circulante	2.715.940	2.698.440
TOTAL DO ATIVO	3.052.627	3.109.469

Passivo (R\$ Mil)	1T21	4T20
Passivo Circulante		
Fornecedores	29.937	28.287
Empréstimos e financiamentos	95.002	129.041
Debêntures	144.544	127.210
Tributos a recolher	3.223	4.292
Obrigações com empregados e administradores	7.635	6.289
Concessão de serviço público	1.084	1.157
Partes relacionadas	842	262
Receita Diferida	12.934	12.697
Outros	83	72
Total do Circulante	295.285	309.308
Passivo Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	161.513	170.607
Debêntures	828.464	857.262
Provisão para riscos processuais	90.119	82.854
Receita diferida	36.569	36.925
Provisão para manutenção	174.161	165.977
Total do Não Circulante	1.290.826	1.313.626
TOTAL DO PASSIVO	1.586.110	1.622.934
Patrimônio Líquido		
Capital social	1.727.500	1.560.500
Adiantamento para futuro aumento de capital	493.200	660.200
Prejuízos Acumulados	(754.183)	(734.165)
Total do Patrimônio Líquido	1.466.517	1.486.535
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.052.627	3.109.469

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. - CART

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 OPERAÇÕES DA COMPANHIA

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Issa Marar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP”), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O trecho concedido é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

- I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km 381+703, no entroncamento com a SP-327, Km 32+433, Ourinhos; final do trecho no Km 654+730, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul.
- II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo.
- III. SP-327: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados do leilão pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 16 de março de 2009, data da transferência do controle do sistema existente e de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou com duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças de pedágio iniciaram a operação, em 16 de dezembro de 2009 outras três novas praças iniciaram a operação e em 17 de dezembro

Notas Explicativas

de 2009 três novas praças iniciaram a operação desativando as duas entregues inicialmente, totalizando nove praças de pedágio em operação. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Em 31 de março de 2021 a Companhia possui capital circulante líquido positivo de R\$41.403 (capital circulante líquido positivo de R\$101.719 em 31 de dezembro de 2020), principalmente devido aos recursos dos Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC realizados durante o exercício de 2020 de R\$493.200, que contribuiu para a melhora do fluxo de caixa da Companhia.

Em complemento a geração de fluxo de caixa das operações projetado, para a concretização do seu plano de negócio, a Companhia possui dependência de aportes do seu atual acionista.

Até 30 de abril de 2020, a CART era uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR.

Após o cumprimento das condições precedentes, previstas no contrato de compra e venda de ações, incluindo as aprovações dos credores da CART e da Agência de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, a INVEPAR vendeu a sua participação na CART para o Infraestrutura Brasil Holding II S.A.

Dessa forma, em 30 de abril de 2020 foi realizada a transferência de 100% (cem por cento) das ações de emissão da CART detidas pela INVEPAR para o Infraestrutura Brasil Holding II S.A..

1.2 EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19

Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus, o Brasil e o mundo passaram a enfrentar uma grande crise econômica. Dentre as decisões, adotadas pelo Brasil e o mundo, destacam-se aquelas relacionadas às restrições de mobilidade, distanciamento social, fechamento de fronteiras locais e internacionais e outras que impactam diretamente nos negócios da Companhia.

Entretanto, no período de três meses findo em 31 de março de 2021, já houve um aumento de 2,5% no tráfego, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, como demonstrado no quadro abaixo:

VEP mil*	31/03/2021	31/03/2020	Var. %
	12.288	11.993	2,5%

VEP mil - Veículos equivalentes pagantes expresso em (1.000)*

Desde o início da pandemia, a administração da Companhia tem empregado os melhores esforços em busca de soluções para a preservação da saúde financeira e para a continuidade dos negócios. Apesar de uma rígida estrutura de custos, de natureza majoritariamente fixa, do lado da Companhia, foram envidados os esforços necessários para a contenção de despesas, com

Notas Explicativas

resultados que já podem ser verificados neste período e que tendem a ser ampliados ao longo dos próximos meses. Ao longo deste período, a administração da Companhia fez alguns avanços nessas frentes e acredita no sucesso de algumas das renegociações em curso.

a) Como a Companhia está trabalhando durante este processo:

A Companhia mantém um Comitê de Gestão de Crises, que acompanha diariamente os impactos do Coronavírus para os negócios. O Comitê define as ações necessárias para mitigar os efeitos adversos para o fluxo de caixa e para a saúde financeira da Companhia, e através do Diretor de Relações com Investidores tem buscado manter uma comunicação clara, ampla e simultânea com o público investidor e com o mercado em geral sobre os impactos da COVID-19.

O objetivo do Comitê é acompanhar os impactos causados pela pandemia traçando ações para mitigar os impactos e avaliando e implementando medidas educativas e de segurança para a prevenção da contaminação pelo Coronavírus para os seus colaboradores, e familiares bem como para os usuários dos seus ativos. O Comitê também se reúne semanalmente com o Conselho de Administração.

b) Plano de continuidade das operações e principais ações:

Conforme reportado anteriormente, a Companhia continua revisando a estratégia de manutenção e continuidade dos negócios, a Companhia faz avaliação do caixa com a necessidade de liquidez nos curto e médio prazos, visando a equalização da dívida e a busca por maior eficiência e consequente redução de custos.

b.1) Medidas e ações de curto prazo que trouxeram alívio imediato para o caixa, dentre as quais:

- Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital oriundos dos recebimentos de recursos provenientes do acionista, no montante total de R\$ 493.200;
- Renegociação com fornecedores;
- Foram adotadas medidas oferecidas no ano de 2020 pelo Governo Federal, com relação aos tributos a recolher. A Companhia adotou as medidas de suspensão de recolhimento da Contribuição para o PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e da Contribuição Previdenciária Patronal, das competências de março, abril e maio de 2020, cujos pagamentos foram realizados em agosto, outubro e novembro, respectivamente, conforme instrução por meio da Portaria 139, de 03 de abril de 2020 e da Portaria 245, de 15 de junho de 2020;
- Ainda, houve ação de postergação de pagamentos junto ao BNDES. Adesão, a partir de 15 de abril de 2020, ao programa de *standstill* implantado pelo BNDES, paralisando por 6 meses o pagamento das parcelas de juros e principal dos contratos de financiamento no âmbito do pacote de medidas socioeconômicas aprovadas pelo banco em caráter emergencial e com o objetivo de mitigar os efeitos da pandemia do novo Coronavírus no Brasil. Esta ação emergencial já está regular, com os devidos pagamentos capitalizados e amortizados durante a vigência do contrato;
- Revisão do orçamento previsto para o ano corrente e para os próximos com manutenção dos custos e investimentos essenciais para a continuidade dos negócios.

Notas Explicativas

b.2) Avaliação de eventuais soluções para o médio e longo prazo, visando o equilíbrio da situação financeira e da obtenção de reequilíbrios econômico-financeiros do contrato de concessão.

Por meio de uma atuação setorial, coordenada entre a Companhia, outras empresas de infraestrutura e associações do setor, estão sendo promovidas conversas estruturadas com os poderes concedentes, buscando o restabelecimento do reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, em função dos impactos causados pela pandemia do novo Coronavírus.

Adicionalmente, sob o âmbito regulatório com a agência, a avaliação da Companhia é que os contratos serão reequilibrados pelos efeitos advindos da pandemia, baseado no parecer da PGE (Procuradoria Geral do Estado) CJ/ARTESP n.º 552/2020 de 13/07/2020.

Como já mencionado anteriormente, a Companhia vem realizando diferentes iniciativas, visando readequar sua estrutura de custos e de capital para o novo momento econômico que o Brasil e o mundo passam, preservando a capacidade de continuidade plena dos negócios pelo prazo remanescente da concessão. A Companhia entende que todas essas medidas adotadas são suficientes para preservar o fluxo de caixa operacional e para fazer frente as suas obrigações pelos próximos anos.

Entretanto, até o momento da divulgação dessas informações contábeis intermediárias, ainda não se tinha certeza sobre o tempo necessário para conter o avanço da doença, especialmente em relação à uma implementação bem sucedida do plano de vacinação contra a COVID-19 no país, e por isso ainda não é possível inferir quanto tempo mais será necessário seguir com as medidas para conter o contágio.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS (INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS)

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) em 10 de maio de 2021.

As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não tiveram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (doravante denominadas de “Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2020”), publicadas na imprensa oficial em 31 de março de 2021.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas

2.1 NOVAS NORMAS E PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS AINDA NÃO ADOTADOS

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas, em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	3.599	5.237
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósito Bancário - CDB	293.580	370.469
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>297.179</u>	<u>375.706</u>

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 31 de março de 2021, as aplicações financeiras ficaram indexadas a uma taxa média de 99,52 % do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (taxa média de 99,50% em 31 de dezembro de 2020).

4. CONTAS A RECEBER

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
AVI (*)	17.835	20.652
Vale pedagógico	1.818	1.289
Locação de fibra óptica	7.208	4.002
Outros	1.254	1.250
Total	<u>28.115</u>	<u>27.193</u>

(*) Referente à utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. O prazo médio de recebimento é de 25 dias.

	Total	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldos vencidos		
			< 30 dias	31 - 60 dias	91 - 120 dias
31 de março de 2021	28.115	28.115	-	-	-
31 de dezembro de 2020	27.193	27.193	-	-	-

Notas Explicativas

5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Tributos a recuperar

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	769	1.100
Outros	<u>1.003</u>	<u>52</u>
Total circulante	<u><u>1.773</u></u>	<u><u>1.152</u></u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prejuízo fiscal	323.461	315.938
Base negativa	<u>116.723</u>	<u>114.015</u>
Total do ativo fiscal diferido	440.184	429.953
Amortização de direito de concessão	(41.726)	(42.306)
Custo de Captação	(8.478)	(9.088)
Margem de construção	(7.600)	(7.706)
Margem de construção (Lei 12.973)	<u>(1.676)</u>	<u>(1.699)</u>
Total do passivo fiscal diferido	(59.480)	(60.799)
Total	<u><u>380.704</u></u>	<u><u>369.154</u></u>
Impostos diferidos – Ativo	440.184	429.953
Impostos diferidos – Passivo	(59.480)	(60.799)

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão registrados, é viável considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva.

Notas Explicativas

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	<u>31/03/2021</u>
2022	32.951
2023 a 2025	121.209
2026 a 2028	<u>286.024</u>
Total dos ativos fiscais diferidos	<u>440.184</u>
Total dos passivos fiscais diferidos	<u>(59.480)</u>
Total dos impostos diferidos	<u><u>380.704</u></u>

c) Tributos a recolher

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
PIS e COFINS	1.060	1.654
ISS	1.949	2.334
IRRF e CSRF	29	37
INSS sobre terceiros	<u>186</u>	<u>267</u>
Total circulante	<u><u>3.223</u></u>	<u><u>4.292</u></u>

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(31.568)	(19.815)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social alíquotas vigentes	<u>10.733</u>	<u>6.737</u>
Adições permanentes	(503)	(57)
Adições/exclusões temporárias	1.320	(2.979)
Imposto de renda e contribuição social não constituídos	<u>-</u>	<u>(2.382)</u>
Imposto de renda e contribuição social resultado	<u><u>11.550</u></u>	<u><u>1.319</u></u>

6. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Notas Explicativas

31/03/2021			31/03/2021		
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo	Passivo	Resultado
			Circulante	Circulante	Despesa
EIXO (ii)	compartilhamento de despesas	Coligada	166	432	(280)
ENTREVIAS (ii)	compartilhamento de despesas	Coligada	174	410	(490)
Total			340	842	(770)

31/12/2020			31/03/2020		
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo	Passivo	Resultado
			Circulante	Circulante	Despesa
INVEPAR (i)	compartilhamento de despesas	Controlada	-	-	(5.401)
EIXO (ii)	compartilhamento de despesas	Coligada	59	132	-
ENTREVIAS (ii)	compartilhamento de despesas	Coligada	56	130	-
Total			115	262	(5.401)

(i) Controladora/coligada da Companhia até 30/04/2020

(ii) Partes relacionadas do atual controlador da Companhia.

Remuneração da Administração

Em 2021, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$6.000

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o período:

Composição	31/03/2021	31/03/2020
Pró-labore	500	153
Bônus variáveis	-	31
Encargos	146	-
Outros benefícios	17	50
Total	664	234

Notas Explicativas

7. IMOBILIZADO

	Vida útil em anos	31/12/2020	Adições	Baixas	31/03/2021
Custo					
Instalações	25	167	-	-	167
Máquinas e equipamentos	10	7.337	251	-	7.587
Móveis e utensílios	10	4.251	-	-	4.251
Veículos	5	4.089	4	-	4.093
Equipamentos de informática	5	43.569	547	(145)	43.971
Ferramentas e aparelhos	5	331	-	-	331
		<u>59.745</u>	<u>801</u>	<u>(145)</u>	<u>60.401</u>
Depreciação acumulada					
Instalações		(58)	(2)	-	(60)
Máquinas e equipamentos		(6.285)	(57)	-	(6.343)
Móveis e utensílios		(3.883)	(17)	-	(3.900)
Veículos		(3.472)	(49)	47	(3.474)
Equipamentos de informática		(39.550)	(232)	-	(39.782)
Ferramentas e aparelhos		(326)	(1)	-	(327)
		<u>(53.575)</u>	<u>(357)</u>	<u>47</u>	<u>(53.885)</u>
Imobilizado líquido		<u>6.170</u>	<u>444</u>	<u>(98)</u>	<u>6.516</u>
	Vida útil em anos	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
Custo					
Instalações	25	165	2	-	167
Máquinas e equipamentos	10	6.482	855	-	7.337
Móveis e utensílios	10	4.149	102	-	4.251
Veículos	5	3.846	408	(165)	4.089
Equipamentos de informática	5	40.759	2.810	-	43.569
Ferramentas e aparelhos	5	331	-	-	331
		<u>55.732</u>	<u>4.178</u>	<u>(165)</u>	<u>59.745</u>
Depreciação acumulada					
Instalações		(51)	(7)	-	(58)
Máquinas e equipamentos		(5.893)	(392)	-	(6.285)
Móveis e utensílios		(3.807)	(76)	-	(3.883)
Veículos		(3.404)	(139)	71	(3.472)
Equipamentos de informática		(38.444)	(1.106)	-	(39.550)
Ferramentas e aparelhos		(327)	-	-	(326)
		<u>(51.926)</u>	<u>(1.720)</u>	<u>71</u>	<u>(53.575)</u>
Imobilizado líquido		<u>3.806</u>	<u>2.459</u>	<u>(94)</u>	<u>6.170</u>

(*) O saldo refere-se a itens transferidos do intangível para o imobilizado para melhor classificação contábil.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R2) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 31 de março de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

8. INTANGÍVEL

	Vida útil em anos	31/12/2020	Adições	31/03/2021
Custo				
Software	5	12.426	55	12.481
Marcas e patentes	10	20	-	20
Direito de concessão	(*)	2.521.055	36.387	2.557.442
Outorga fixa	(*)	634.000	-	634.000
		<u>3.167.501</u>	<u>36.443</u>	<u>3.203.944</u>
Amortização				
Software		(10.525)	(172)	(10.697)
Marcas e patentes		(20)	-	(20)
Direito de concessão		(604.854)	(25.243)	(630.097)
Outorga fixa		(248.632)	(5.283)	(253.916)
Amortização acumulada		<u>(864.032)</u>	<u>(30.698)</u>	<u>(894.730)</u>
Intangível líquido		<u>2.303.470</u>	<u>5.745</u>	<u>2.309.214</u>

	Vida útil em anos	31/12/2019	Adições	31/12/2020
Custo				
Software	5	10.713	1.713	12.426
Marcas e patentes	10	20	-	20
Direito de concessão	(*)	2.427.435	93.620	2.521.055
Outorga fixa	(*)	634.000	-	634.000
		<u>3.072.168</u>	<u>95.333</u>	<u>3.167.501</u>
Amortização				
Software		(9.990)	(535)	(10.525)
Marcas e patentes		(18)	(2)	(20)
Direito de concessão		(508.765)	(96.089)	(604.854)
Outorga fixa		(227.499)	(21.134)	(248.633)
Amortização acumulada		<u>(746.272)</u>	<u>(117.760)</u>	<u>(864.032)</u>
Intangível líquido		<u>2.325.896</u>	<u>(22.427)</u>	<u>2.303.470</u>

(*) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 16 de março de 2039, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1. O direito de outorga fixa refere-se ao direito de exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R2) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 31 de março de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

Notas Explicativas

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2020	Captação	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/03/2021
			Principal	Juros				
Passivo circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	67.409	-	(34.235)	(2.737)	2.648	-	15.957	49.041
Sênior - BNDES - IPCA	61.633	-	(45.181)	(17.487)	4.519	4.555	37.923	45.961
Total	129.041	-	(79.415)	(20.225)	7.166	4.555	53.880	95.002
Passivo não circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	109.637	-	-	-	-	-	(15.957)	93.680
Sênior - BNDES - IPCA	144.077	-	-	-	-	-	(37.923)	106.154
Total	253.714	-	-	-	-	-	(53.880)	199.834
Total geral	382.755	-	(79.415)	(20.225)	7.166	4.555	-	294.836
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(83.108)							(38.321)
Dívida líquida	299.647							256.515

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	31/03/2021
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	-
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	52.339
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	90.382
BNDES	TRB**	2,45% a.a.	15/03/2023	30.141
BNDES	TRB**	2,45% a.a.	17/03/2025	121.974
Subtotal				294.836
Aplicações financeiras vinculadas				(38.321)
Empréstimos e financiamentos líquidos				256.515

Parcelas do circulante	95.002
Parcelas do não circulante	161.513

	31/12/2019	Captação	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/12/2020
			Principal	Juros				
Passivo circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	81.957	10.000	(53.914)	(9.327)	14.073	-	24.619	67.409
Sênior - BNDES - IPCA	58.186	-	(42.949)	(22.870)	23.335	3.749	42.182	61.633
Total	140.143	10.000	(96.863)	(32.197)	37.408	3.749	66.801	129.041
Passivo não circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	134.256	-	-	-	-	-	(24.619)	109.637
Sênior - BNDES - IPCA	186.259	-	-	-	-	-	(42.182)	144.077
Total	320.515	-	-	-	-	-	(66.801)	253.714
Total geral	460.658	10.000	(96.863)	(32.197)	37.408	3.749	-	382.755
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(71.304)							(83.108)
Dívida líquida	389.354							299.647

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	31/12/2020
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	22.146
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	58.886
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	96.013
BNDES	TRB**	2,45% a.a.	15/03/2023	47.191
BNDES	TRB**	2,45% a.a.	17/03/2025	158.520
Subtotal				382.755
Aplicações financeiras vinculadas				(83.108)
Empréstimos e financiamentos líquidos				299.647

Parcelas do circulante	129.041
Parcelas do não circulante	170.607

(*) Em decorrência da Companhia dispor de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido os ativos e passivos financeiros e da administração da Companhia ter a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, as aplicações financeiras vinculadas aos empréstimos e financiamentos estão apresentadas no passivo não circulante em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020. As aplicações financeiras no montante de R\$ 38.321 em 31 de março de 2021 (R\$ 83.108 em 31

Notas Explicativas

de dezembro de 2020) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada em contrato de empréstimo junto ao BNDES, que determinam que a Companhia deva constituir uma conta reserva, na qual deverão ser depositados recursos em montante equivalente a: (i) 7 (sete) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2013; e (ii) 8 (oito) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2015.

	<u>Taxa Média</u>	<u>Indexador</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Certificados de Depósitos Bancários Pós- fixado Compromissadas com BNDES	99,50%	CDI	38.321	83.108

As aplicações financeiras são classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a uma taxa média de 99,50% do CDI (em 31 de dezembro de 2020, a taxa média de 99,50% do CDI).

(**) Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA.

BNDES - Sênior

Em 10 de fevereiro de 2011, a Companhia assinou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) convertendo a captação inicial da modalidade Ponte para Sênior.

A primeira liberação, referente ao “Subcrédito A”, no montante de R\$377.575, ocorreu em 15 de fevereiro de 2011. Parcela deste empréstimo, no montante de R\$273.637 foi utilizado para quitação do valor original, juros e comissão do empréstimo ponte, restando o valor líquido de R\$103.938.

Subcrédito A vem sendo pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de outubro de 2011. Sobre o montante da dívida incidem juros de 2,45% a.a. mais TJLP.

O crédito foi posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados foram feitas. Em dezembro de 2020 foi liberado a parcela faltante do total contratado no valor de R\$10.000 com data de vencimento para 17/03/2025.

Desta forma, o total crédito foi posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados foram feitas.

Ao todo a empresa dispõe de 34 subcréditos, dos quais 22 são indexados a TJLP + juros de 2,45% a.a. e 12 indexados a IPCA + juros de 2,45% a.a.+TR (que variam entre 6,16 a 7,28% a.a.).

Cláusulas restritivas

Notas Explicativas

Conforme contrato de financiamento com o BNDES os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, anualmente junto com as demonstrações contábeis auditadas de 31 de dezembro de cada ano. Os índices financeiros são:

• Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento). Em 31 de dezembro de 2020 o índice foi 47,8% (31,9% em 31 de dezembro de 2019)

• ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = ⁽¹⁾ EBITDA ajustado/(amortizações + ⁽²⁾ juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): ≥ 1,2. Em 31 de dezembro de 2020 o índice foi 2,47.

⁽¹⁾ O EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSLL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital).

⁽²⁾ Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

10. DEBÊNTURES

	31/12/2020	Custo de captação amortizado	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/03/2021
			Principal	Juros				
Passivo circulante								
Debêntures	135.277	-	-	-	14.565	-	2.754	152.595
Custos a amortizar	(8.067)	1.990	-	-	-	-	(1.973)	(8.051)
Total	127.210	1.990	-	-	14.565	-	781	144.544
Passivo não circulante								
Debêntures	875.925	-	-	-	-	22.947	(2.754)	896.118
Custos a amortizar	(18.663)	-	-	-	-	-	1.973	(16.689)
Total	857.262	-	-	-	-	22.947	(781)	879.429
Total geral	984.472	1.990	-	-	14.565	22.947	-	1.023.973
Aplicações financeiras vinculadas (*)	-							(50.965)
Dívida líquida	984.472							973.008
	31/12/2019	Custo de captação amortizado	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/12/2020
Passivo circulante								
Debêntures	57.806	-	(57.563)	(69.446)	52.847	18.770	132.863	135.277
Custos a amortizar	(7.220)	7.220	-	-	-	-	(8.067)	(8.067)
Total	50.586	7.220	(57.563)	(69.446)	52.847	18.770	124.796	127.210
Passivo não circulante								
Debêntures	965.236	-	-	-	-	43.552	(132.863)	875.925
Custos a amortizar	(26.730)	-	-	-	-	-	8.067	(18.663)
Total	938.506	-	-	-	-	43.552	(124.796)	857.262
Total geral	989.092	7.220	(57.563)	(69.446)	52.847	62.322	-	984.472
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(624)							-
Dívida líquida	988.468							984.472

(*) As aplicações financeiras no montante de R\$ 50.965 em 31 de março de 2021 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020). As aplicações são efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples(**), que determinam que a Companhia deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures. São classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a uma taxa média de 102,50% do CDI (em 31 de dezembro de 2020, a taxa de 99,50% do CDI).

(**) A cada início de trimestre, são realizados aportes em conta-aplicação cedida fiduciariamente aos Debenturistas. Referidos aportes correspondem ao equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do serviço da dívida anual das Debêntures (valor nominal unitário + remuneração) a título de reserva para pagamento do serviço da dívida das Debêntures para o ano em questão. Em dezembro, o valor constituído, fica disponível para resgate e quitação do pagamento.

Notas Explicativas

	<u>Taxa Média</u>	<u>Indexador</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Certificados de Depósitos Bancários Pós- fixado				
Compromissadas com Debêntures	102,50%	CDI	50.965	-
<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/03/2021</u>
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	531.171
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	517.542
(-) Custos de transação - Debêntures				(24.740)
Subtotal				<u>1.023.973</u>
(-) Aplicações financeiras vinculadas				(50.965)
Debêntures líquidas				<u>973.008</u>
Parcelas do circulante				144.544
Parcelas do não circulante				828.464
<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2020</u>
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	512.311
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	498.891
(-) Custos de transação - Debêntures				(26.730)
Subtotal				<u>984.472</u>
(-) Aplicações financeiras vinculadas				-
Debêntures líquidas				<u>984.472</u>
Parcelas do circulante				127.210
Parcelas do não circulante				857.262

Debêntures - 2ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da segunda emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09.

Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,00, totalizando R\$750.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures e para a segunda série foram emitidas 370.000 debêntures.

As debêntures tem o prazo de vencimento de 12 anos, com vencimento em 15 de dezembro de 2024 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série.

Os juros remuneratórios pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$59.008 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de março de 2021 é de R\$24.740 (R\$26.730 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

As debêntures emitidas possuem, como uma das suas hipóteses de vencimento antecipado, a obrigação de manutenção da classificação de risco igual ou superior a “A-“, ou equivalente, por ao menos uma Agência de Classificação de Risco contratada pela CART.

Em 11 de fevereiro de 2019, a agência de classificação de riscos S&P Global Ratings revisou o rating da emissora e o rating atribuído às Debêntures CART, ambos passando de ‘brA-’ para ‘brBB-’ em Escala Nacional Brasil, permanecendo ambos com CreditWatch negativo. Esta ação de rating decorreu do rebaixamento da classificação de risco da INVEPAR, que passou de ‘B’ para ‘CCC+’ na Escala Global e de ‘brA-’ para ‘brBB-’ na Escala Nacional Brasil.

Neste sentido a Companhia convocou, em comum acordo com o agente fiduciário, uma Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”) para o dia 16 de abril de 2019, de forma a deliberarem sobre a declaração, ou não, de vencimento antecipado da Emissão. Os debenturistas da 2ª série aprovaram a não declaração do vencimento antecipado, mas não houve quórum de aprovação dos debenturistas da 1ª série. Com isso, houve suspensão da AGD que foi retomada no dia 5 de junho de 2019. Nessa data, os debenturistas da 1ª série aprovaram a não declaração do vencimento antecipado, com as seguintes condições:

- a) A CART pagou aos debenturistas um prêmio (flat) sobre o saldo atualizado das Debêntures na data da aprovação do *Waiver*; e
- b) A cada início de trimestre após a realização da AGD, a CART se comprometeu a aportar em conta corrente cedida fiduciariamente aos Debenturistas no âmbito da Emissão, o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do serviço da dívida anual das Debêntures (Valor Nominal Unitário + Remuneração) a título de reserva para pagamento do serviço da dívida das Debêntures para o ano em questão.

As aprovações para não declaração do vencimento antecipado foram através da renúncia temporária da cláusula de rebaixamento de rating pelo prazo de 24 meses, com pagamento de “waiver fee” e sem repactuação de taxas.

As Debêntures CART possuem garantias compartilhadas com dívidas contraídas pela CART junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”).

Cláusulas restritivas

Conforme previsto no contrato das debêntures os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, junto com as demonstrações contábeis auditadas de 31 de dezembro de cada ano.

Os índices financeiros são:

- Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = ⁽¹⁾ EBITDA ajustado/(amortizações + ⁽²⁾ juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): ≥ 1,2.

⁽¹⁾ O EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSSL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital).

⁽²⁾ Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

Notas Explicativas

11. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

a) Investimentos

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
- ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários;
- iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes;
- iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

b) Outorga fixa e variável

Pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes:

Outorga fixa

Valor fixo de R\$634.000, conforme Nota explicativa nº 8, a favor do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010.

Outorga variável

Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013 até 31 de dezembro de 2018. A partir de janeiro de 2019, o percentual de 3% será aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia.

O compromisso com outorga variável a pagar, em 31 de março de 2021 é de R\$1.084 (R\$1.157 em 31 de dezembro de 2020).

Durante o período findo em 31 de março de 2021, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 4.302 (R\$ 3.133 em 31 de março de 2020) referente à outorga variável.

Notas Explicativas

c) Garantias

A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

1. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$43.400. Vigência mínima de 12 meses.
2. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$160.694. Vigência de 12 meses, endossada por mais 92 dias após o fim da vigência.

12. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

Composição do risco:

Natureza risco	31/03/2021		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	8.932	17.187	26.119
Cíveis	9.248	21.056	30.305
Tributária	-	777	777
Procedimentos Arbitrais	71.598	104.227	175.825
Ambiental	341	3.924	4.264
Total	90.119	147.171	237.290

Natureza do risco	31/12/2020		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	9.210	18.421	27.631
Cíveis	6.757	20.767	27.524
Tributária	-	737	737
Procedimentos Arbitrais	66.260	102.749	169.009
Ambiental	627	3.200	3.827
Total	82.854	145.874	228.728

Notas Explicativas

Movimentação dos riscos prováveis:

Natureza do risco	31/12/2020	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização Monetária	31/03/2021
Trabalhistas	9.210	357	(1.444)	809	8.932
Cíveis	7.384	2.346	(1.170)	1.029	9.589
Procedimentos Arbitrais	66.260	-	-	5.338	71.598
Total	82.854	2.703	(2.614)	7.176	90.119

Natureza do risco	31/12/2019	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização Monetária	31/12/2020
Trabalhistas	7.614	1.431	(831)	996	9.210
Cíveis	5.016	4.352	(2.558)	574	7.384
Procedimentos Arbitrais	54.257	-	-	12.003	66.260
Total	66.887	5.783	(3.389)	13.573	82.854

a) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

b) Riscos cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por usuários, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário, vide detalhamento abaixo:

Processo nº 1005951-89.2015.8.26.0047 - Juízo 2ª Vara Cível da Comarca de Assis – Ação Civil Pública proposta em 16.09.2015 pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face da Concessionária Auto Raposo Tavares - CART com pedido de tutela antecipada, pleiteando a realização de obras com o objetivo de eliminar os problemas envolvendo o volume exacerbado de águas pluviais e a poluição na Nascente da Água do Óleo. Foi proferida Sentença Parcialmente Procedente condenando a CART em obrigações de fazer e de não fazer, nos limites da área sob sua concessão, bem como ao pagamento de indenização em R\$500 (quinhentos mil reais), correspondente aos danos ambientais que se mostraram não restauráveis nas áreas de preservação permanente, corrigida monetariamente a ser recolhida ao Fundo de Defesa dos Interesses Difusos. O processo encontra-se em julgamento dos recursos de apelação interpostos pelas partes. O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda provável é de R\$ 652.

c) Procedimento Arbitral

Em 24 de fevereiro de 2017, a CART recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a Metha S.A. (anteriormente denominada OAS S.A.), com valor provisório atribuído de R\$450.000, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. A CART não concorda com os pedidos

Notas Explicativas

apresentados pela Metha S.A., e por outro lado, entende que Metha S.A. deixou de cumprir com obrigações do contrato de execução de obras civis.

Foi apresentada defesa por parte da Companhia, juntamente com seus contra pleitos, os quais perfazem, no seu entendimento, o valor provisório de R\$350.000.

Houve, ao longo do tempo, a devida instrução do procedimento arbitral através da apresentação de laudos e realização de perícias para a comprovação das teses apresentadas pela Companhia, tendo sido determinada a data de 26/01/2021 para a prolação da decisão arbitral. Em razão de ordem judicial de penhora recebida nos autos da arbitragem, oriunda de processo promovido por terceiro alheio à relação entre a Companhia e a Metha, houve a concessão de prazo, pela câmara arbitral, para ambas as partes se manifestarem a seu respeito, tendo a Companhia impugnado tal decisão por entender que tal penhora é ilegal.

Assim, considerando a necessidade de decisão por parte da câmara arbitral acerca da mencionada ordem judicial, houve a suspensão do prazo para a apresentação da sentença arbitral, a qual foi proferida em 29/03/2021, na forma de sentença arbitral parcial com valores envolvidos ainda em apuração, sujeitos a avaliação e perícia.

A Administração da CART, consubstanciada na opinião de seus assessores externos, avaliou o prognóstico de êxito para os pleitos da Metha de R\$ 71.598 como provável, reconhecidos como direito de concessão, R\$ 104.227 como possível e R\$ 345.331, como remoto. Considerando que a referida sentença ainda é parcial, os montantes envolvidos e as avaliações de prognóstico são as melhores estimativas existentes no momento, permanecendo na mesma ordem em 31 de março de 2021.

d) Depósitos Judiciais

Depósitos Trabalhistas – Recurso Ordinário / Recurso de Revista

Tratam-se de recursos jurídicos destinados à busca de decisão favorável, revertendo à decisão anterior (sentença ou acórdão).

Para ser interpostos, estes Recursos necessitam de Depósitos Judiciais para garantir parte do valor arbitrado (estipulado) na condenação, garantindo assim parte da futura execução.

Em 31 de março de 2021, o montante é de R\$ 3.863 (em 31 de dezembro de 2020, o montante é de R\$ 4.441).

Depósitos Cíveis – garantia

Os depósitos efetuados nos processos cíveis são destinados a garantir, desde logo, os valores que julgamos devidos no processo. Em geral, são efetuados os depósitos para, quando entramos com uma ação, ou mesmo em defesa, se evite o acréscimo de correção monetária e juros de mora.

Em 31 de março de 2021 o montante é de R\$ 8.681 (em 31 de dezembro de 2020, o montante é de R\$ 8.417).

Notas Explicativas

Além dos depósitos destacados acima a Companhia possui em 31 de março de 2021 depósitos de natureza tributária no montante de R\$ 784 (em 31 de dezembro de 2020 R\$ 765), ambiental no montante de R\$ 66 (em 31 de dezembro de 2020 R\$ 64) e regulatória no montante de R\$ 6.103 (em 31 de dezembro de 2020 R\$ 5.950).

13. RECEITA DIFERIDA

As receitas diferidas são reconhecidas pela Companhia pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação referente à locação de infraestrutura de fibra óptica e à ocupação da faixa de domínio e reconhecidas ao resultado do período pela comprovação da prestação de serviço prevista no contrato.

<u>Receita de Telecomunicação</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante	12.934	12.697
Não Circulante	36.569	36.925
Total Receita Diferida	<u>49.503</u>	<u>49.623</u>

14. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço para recomposição da infraestrutura aos níveis exigidos pelo poder concedente.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são:

<u>Provisão para Manutenção</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>31/03/2021</u>
Passivo Não circulante	165.977	8.184	174.161
Total	<u>165.977</u>	<u>8.184</u>	<u>174.161</u>
<u>Provisão para Manutenção</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo Não circulante	133.243	32.735	165.978
Total	<u>133.243</u>	<u>32.735</u>	<u>165.978</u>

Notas Explicativas

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$1.560.500, representados por 6.864.138.862 ações, sendo 3.432.069.431 ações preferencias e 3.432.069.431 ações ordinárias, integralmente subscritas.

Em 15 de fevereiro de 2021, o Adiantamento de capital – AFAC realizado em 2019 no montante de R\$167.000, foi aprovado pela agência reguladora ARTESP como aumento de capital, representados por 1.324.345.757 ações, sendo 662.172.878 ações preferencias e 662.172.879 ações ordinárias.

Em 31 de março de 2021, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$1.727.500, representados por 8.188.484.619 ações, sendo 4.094.242.309 ações preferenciais e 4.094.242.310 ações ordinárias, integralmente subscritas.

As ações preferenciais não têm direito a voto e possuem os mesmos direitos de participação nos resultados da Companhia conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Companhia, e têm, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

Acionistas	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Infraestrutura Brasil Holding II S.A.	<u>493.200</u>	<u>660.200</u>
	<u>493.200</u>	<u>660.200</u>

No 1º trimestre de 2021, ocorreu a integralização em seu capital no valor de R\$167.000 referente ao AFAC realizado no ano de 2019, permanecendo o valor de R\$ 493.200 como Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC realizado no ano de 2020, aguardando autorização da Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP para a total integralização. Não houve novos Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC em 2021.

Notas Explicativas

16. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados de 31 de março de 2021 e 2020 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas por natureza

	31/03/2021	31/03/2020
Receita de pedágio	100.760	96.300
Receitas acessórias	4.094	4.307
Impostos, deduções e cancelamentos	(8.951)	(8.661)
Receita de serviços	95.903	91.946
Receita de construção	36.387	21.075
Receita total	<u>132.290</u>	<u>113.021</u>

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se a receita de construção que será tributada no momento da realização do intangível.

Custos e despesas por natureza

	31/03/2021	31/03/2020
Pessoal	(12.748)	(8.042)
Conservação e manutenção	(6.912)	(9.650)
Despesas administrativas	(4.621)	(6.714)
Operacionais	(9.407)	(7.285)
Outorga variável	(3.146)	(3.018)
Custo de construção	(36.387)	(21.075)
Provisão de manutenção	(8.184)	(8.184)
Depreciação e amortização	(31.055)	(29.605)
Perda no recebimento de crédito e riscos	-	(954)
Outras receitas operacionais	16	93
	<u>(112.444)</u>	<u>(94.434)</u>
Custo de serviços prestados	(64.833)	(63.517)
Custo de construção	(36.387)	(21.075)
Despesas gerais e administrativas	(11.239)	(9.935)
Outras receitas operacionais	16	93
	<u>(112.444)</u>	<u>(94.434)</u>

Notas Explicativas

17. RESULTADO FINANCEIRO

	31/03/2021	31/03/2020
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	2.093	932
Outros	46	67
Total receitas financeiras	<u>2.139</u>	<u>999</u>
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(171)	(271)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(9.156)	(9.053)
Variação monetária passiva	(27.502)	(13.445)
Juros sobre debêntures	(14.565)	(16.577)
Outros	(2.160)	(55)
Total despesas financeiras	<u>(53.554)</u>	<u>(39.401)</u>
Total resultado financeiro	<u>(51.415)</u>	<u>(38.402)</u>

18. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/03/2021			31/03/2020		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(10.009)	(10.009)	(20.019)	(9.248)	(9.248)	(18.496)
Denominador básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	4.094.242	4.094.242	8.188.485	3.432.069	3.432.069	6.864.139
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)	<u>(0,002)</u>	<u>(0,002)</u>		<u>(0,003)</u>	<u>(0,003)</u>	

A Companhia não possui instrumentos diluidores para os períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020, não havendo diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

Notas Explicativas

19. SEGUROS

Em 31 de março de 2021, a Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência		Seguradora	Objeto
		Início	Vencimento		
Garantia ampliações	43.400	16/06/2020	16/06/2021	Fator	(a)
Garantia funções operacionais	160.694	16/06/2020	16/06/2021	Fator	(b)
Responsabilidade civil	60.000	01/05/2020	06/07/2021	HDI Global	(c)
Riscos operacionais	100.000	01/05/2020	06/07/2021	Tokio Marine	(d)
D & O	30.000	20/07/2020	20/07/2021	Austral	-
Auto Frota	Tabela FIPE	01/05/2020	07/07/2021	Porto Seguro	-
Drone	990	19/11/2020	19/11/2021	Essor	-
Garantia judicial execução fiscal	774	13/07/2020	13/07/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	308	16/07/2020	16/07/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	3.874	21/07/2020	21/07/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	363	03/08/2020	03/08/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	573	12/08/2020	12/08/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	211	17/08/2020	17/08/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	604	19/08/2020	19/08/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	443	28/08/2020	28/08/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	65	17/09/2020	17/09/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	171	22/09/2020	22/09/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	595	28/09/2020	28/09/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	306	29/10/2020	29/10/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	308	04/11/2020	04/11/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	616	08/03/2021	08/03/2026	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	342	26/03/2021	26/03/2026	Pottencial	-

a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviária do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.

b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.

c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16, integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.

d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Notas Explicativas

20. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de março de 2021 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente conforme demonstração abaixo:

Instrumentos financeiros	31/03/2021		31/12/2020	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	297.179	-	375.706	-
Contas a receber	-	28.115	-	27.193
Partes relacionadas	340	-	115	-
Total do ativo	297.519	28.115	375.821	27.193
Passivos				
Fornecedores	-	29.937	-	28.287
Partes relacionadas	-	842	-	262
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	1.229.523	-	1.284.120
Concessão de serviço público	-	1.084	-	1.157
Obrigações com empregados e administradores	-	7.635	-	6.289
Total do passivo	-	1.269.021	-	1.320.115

Nos termos da Resolução CVM nº 2 de 17 de junho de 2019, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

Notas Explicativas

b) Exposição a riscos de taxas de juros

O principal fator de risco de mercado que pode afetar os negócios da Companhia é a taxa de juros. Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e debêntures captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita a variação da TJLP e IPCA.

c) Exposição a riscos de créditos

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha.

Em 31 de março de 2021, a Companhia apresenta valores a receber de R\$28.115 (R\$27.193 em 31 de dezembro de 2020), sendo 63% deste total, valores a receber das Operadoras de Serviços de Arrecadação – “OSAs”, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágios. Desta forma, a administração da Companhia caracteriza como remoto o risco de crédito oriundo destes valores a receber.

d) Operação de derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o período.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

31 de março de 2021	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	239.546	989.977	-	1.229.523
Fornecedores	29.937	-	-	29.937
Concessão de serviço público	1.084	-	-	1.084
31 de dezembro de 2020	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	213.510	1.070.610	-	1.284.120
Fornecedores	28.287	-	-	28.287
Concessão de serviço público	1.157	-	-	1.157

Notas Explicativas

f) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, especificamente sobre a análise de sensibilidade requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a Companhia determinou adequado a apresentação de dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
DI Ativo (% ao ano)	5,00%	3,75%	2,50%
TJLP (% ao ano)	4,60%	5,75%	6,90%
IPCA Passivo (% ao ano)	4,81%	6,01%	7,22%

Os indicadores utilizados para 2021 foram obtidos das projeções do Bacen, com exceção da TJLP, que foram utilizadas a média dos três maiores bancos privados de acordo com o ranking do Banco Central.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros

Em 31 de março de 2021, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

Ativo financeiro

Operação	Risco/ indexador	RESULTADO			
		Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Equivalente de caixa	DI	297.179	14.859	11.144	7.429
		297.179	14.859	11.144	7.429

Passivo financeiro

Operação	Risco/ indexador	RESULTADO			
		Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
BNDÉS	TJLP	142.721	6.565	8.206	9.847
BNDÉS	IPCA	152.115	7.317	9.142	10.983
Debênture (**)	IPCA	1.023.973	49.253	61.540	73.931
Total		1.318.809	63.135	78.888	94.761
Aplicações financeiras vinculadas (*)	DI	(89.286)	(4.464)	(3.348)	(2.232)
Total		1.229.523	58.671	75.540	92.529

(*) Registrado no passivo para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros (vide Notas explicativas n°s 9 e 10).

(**) Inclui Custos a Amortizar.

O montante equivalente a 100% dos empréstimos e financiamentos e debêntures da Companhia estão sujeitos à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros da TJLP e IPCA, e aplicação financeira sujeita ao CDI.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Notas Explicativas

g) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.229.523	1.284.120
Caixa e equivalentes de caixa	<u>(297.179)</u>	<u>(375.706)</u>
Dívida líquida	932.344	908.414
Patrimônio líquido	<u>1.466.517</u>	<u>1.486.535</u>
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u><u>2.398.861</u></u>	<u><u>2.394.949</u></u>

h) Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo Passivos financeiros	31/03/2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa	297.179	-	297.179	-
Total	<u>297.179</u>	<u>-</u>	<u>297.179</u>	<u>-</u>

Empréstimos e financiamentos	256.515	-	256.515	-
Debêntures	973.008	-	973.008	-
Concessão de serviço público	1.084	-	1.084	-
Total	<u>1.230.607</u>	<u>-</u>	<u>1.230.607</u>	<u>-</u>

Mensurados a valor justo Passivos financeiros	31/12/2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa	375.706	-	375.706	-
Total	<u>375.706</u>	<u>-</u>	<u>375.706</u>	<u>-</u>
Empréstimos e financiamentos	299.647	-	299.364	-
Debêntures	984.472	-	984.472	-
Concessão de serviço público	1.157	-	1.157	-
Total	<u>1.285.276</u>	<u>-</u>	<u>1.284.992</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aplicação financeira vinculada às debêntures

Em 07 de abril de 2021, a Companhia aportou R\$ 54.484 procedente de aporte de capital realizado pelo acionista no 4º trimestre de 2020, na conta aplicação financeira vinculada das debêntures em cumprimento a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures, conforme nota explicativa nº 10.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART
Bauru - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações trimestrais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Procedimento Arbitral

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 12.c às informações contábeis intermediárias, que inclui informações referentes ao recebimento, pela Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, em 24 de fevereiro de 2017, de Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a Metha S.A. (anteriormente denominada OAS S.A.), a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. Houve, ao longo do tempo, a devida instrução do procedimento arbitral e foram apresentadas defesas pelas partes e determinada a data de 26 de janeiro de 2021 para prolação de decisão arbitral, a qual, em razão de ordem judicial de penhora recebida nos autos da arbitragem (oriunda de processo promovido por terceiro alheio à relação entre a Companhia e a Metha), houve a concessão de prazo, pela câmara arbitral, para ambas as partes se manifestarem a seu respeito. Dessa forma, houve a suspensão do prazo para apresentação da sentença arbitral, a qual foi proferida em 29 de março de 2021, na forma de sentença arbitral parcial com valores envolvidos ainda em apuração, sujeitos a avaliação e perícia. Dessa forma, até a data de aprovação dessas informações contábeis intermediárias, a administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, mantém registrada parcela do processo arbitral com probabilidade de perda provável e realizou as divulgações referentes às perdas possíveis e aos pleitos solicitados pela Companhia, por considerar a melhor estimativa existente no momento. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2021.

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Cart declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações contábeis relativa ao período findo em 31 de março de 2021.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Cart declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão da Grant Thornton Auditores Independentes, referente às demonstrações contábeis relativo ao período findo em 31 de março de 2021.